



Crise humanitária

Povos refugiados buscam uma chance para viver

Ações afirmativas

Estudo revela desempenho superior de cotistas em Patos

Ciência

Pesquisador da UFU propõe diagnóstico rápido para meningite

Extensão

Feirinha oferece produtos agroecológicos na universidade

Enfim, 2016: o que esperar desse ano?

A pergunta que mais ecoa nesta época é: o que esperar de 2016? Os meios de comunicação alardeiam previsões e fazem análises com a ajuda de especialistas (economistas, cientistas políticos, esotéricos), alguns afirmando que teremos um ano difícil, outros mais otimistas dizendo que será um momento de recriação. Os reflexos de uma (des)ordem redesenham a vida de milhares de brasileiros, que repensaram os modos de ser, agir e sentir sobre as diversas facetas da vida social. Mas, enfim, é 2016. Mais um ano de turbulências? As dúvidas e incertezas pairam no ar, o desejo é que o ano seja de ordenança, de reestabelecimento dos eixos políticos, sociais e econômicos, visando à reinserção do Brasil nos trilhos do crescimento.

É preciso agir com sabedoria para vencer os desafios que nos reservam esses 366 dias, rompendo com os preconceitos velados, buscando a consciência ambiental da preservação dos nossos diversos recursos naturais, reinventando a forma de ler e ver o mundo que nos cerca, reavaliando nossas atitudes, o desperdício sem controle e as relações humanas, para que possamos construir iniciativas criativas a fim de romper com as inquietudes que tanto nos atormentam.

Viver em uma sociedade sustentável é algo complexo e subjetivo. Marco Cavalcanti traz, nessa edição, uma reportagem sobre a feira de alimentos cultivados sem o uso de agrotóxicos realizada na UFU. Nela, discute sobre sustentabilidade, agroecologia e distribuição de alimentos, evidenciando que no mundo não há a falta deles e, sim, uma má distribuição.

A propagação do conhecimento é outro assunto importante. A UFU, por meio do programa Idiomas Sem Fronteiras, tem comprovado isso. No texto de Cristiano Alvarenga, destaca-se a importância desse processo de internacionalização das universidades, alavancado pela mobilidade estudantil, contribuindo para a ampliação dos horizontes intelectuais da comunidade acadêmica.

As tecnologias aparecem também no campo da saúde, auxiliando professores pesquisadores a desenvolverem ferramentas eficazes no combate e no estudo de várias doenças. Docentes do campus Patos de Minas têm feito uso da biotecnologia em estudos de controle do vetor da doença de Chagas, reconhecidos internacionalmente, como mostra Hermom Dourado em sua reportagem. Gabriela Junqueira também nos apresenta em seu texto pesquisas significativas desenvolvidas na UFU sobre a bactéria causadora da meningite.

O respeito às questões identitárias e culturais que envolvem o processo migratório e seus impactos são preocupações latentes do século XXI. O texto da jornalista Jussara Coelho aborda a questão dos refugiados e como transitam pelos diferentes países. Em especial, enfoca os impactos desse processo no Brasil, evidenciando a realidade da cidade de Uberlândia.

Nesse universo de múltiplas identidades apresentamos também algumas experiências desenvolvidas pela UFU na tentativa de consolidar uma ação afirmativa institucional no campo das relações raciais. A universidade é a primeira a criar uma comissão de acompanhamento da inserção da temática racial nos currículos da graduação. No texto é evidenciada a atuação dessa comissão e também os estudos realizados por um grupo de professores da UFU em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, que analisaram o desempenho acadêmico dos alunos cotistas.

Anna Vitória Rocha, em “A Casa é sua: e agora?”, apresenta entrevista realizada com as professoras do curso de Arquitetura que participaram do estudo e da aplicação de metodologia de avaliação do processo pós-ocupação de moradias pelo programa Minha Casa Minha vida, em que avaliam e apontam possibilidades de melhoria do programa.

Para além das previsões e estimativas, a UFU tem dialogado com diferentes espaços, repensado as formas de interlocução e produção do conhecimento, redimensionado seu caminhar e refletido sobre suas ações e práticas.

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Coordenador de Conteúdo da Diretoria de Comunicação da UFU

EXPEDIENTE

ISSN 2317-7683

O Jornal da UFU é uma publicação mensal da Diretoria de Comunicação Social (Dirco) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1S, Santa Mônica, 38.400-902, Uberlândia-MG.
Telefone: 55 (34) 3239-4350.
www.comunica.ufu.br | jornalismo@dirco.ufu.br

Diretora de Comunicação
Maria Clara Tomaz Machado

Coordenadora de Jornalismo
Eliane Moreira

Coordenador de Conteúdo
Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Equipe de Jornalismo
Cristiano Alvarenga, Diélen Borges, Eliane Moreira, Hermom Dourado, José Amaral Neto, Jussara Coelho, Marco Cavalcanti e Renata Neiva

Estagiários
Amanda Cristina, Anna Vitória Rocha, Gabriel Rodrigues, Gabriela Junqueira, Giovana Oliveira e Lucas Tondini

Editora
Diélen Borges (0018432/MG)

Diagramação
Carlos Gabriel Ferreira

Revisão
Diélen Borges e Maria Clara Tomaz Machado

Fotografia
Marco Cavalcanti e Milton Santos

Impressão
Imprensa Universitária - Gráfica UFU

Tiragem
3500 exemplares

Docente colaborador
Eduardo Macedo

Reitor: **Elmiro Santos Resende** | Vice-reitor: **Eduardo Nunes Guimarães** | Chefe de gabinete: **José Antônio Galo** | Pró-reitora de Graduação: **Marisa Lomônaco de Paula Naves** | Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis: **Dalva Maria de Oliveira Silva** | Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação: **Marcelo Emílio Beletti** | Pró-reitor de Planejamento e Administração: **José Francisco Ribeiro** | Pró-reitora de Recursos Humanos: **Marlene Marins de Camargos Borges** | Prefeito Universitário: **Reges Eduardo Franco Teodoro**

SUSTENTABILIDADE



Feira na UFU traz produtos agroecológicos

Iniciativa é resistência ao modelo do agronegócio e à monocultura

Marco Cavalcanti

Ir à universidade para comprar verduras, legumes e frutas pode parecer estranho. Mas, se a universidade for a UFU, onde teve início no fim de 2015 a Feirinha Solidária, a atividade é mais que uma transação comercial. É uma aula sobre a prática da agroecologia – atividade econômica, social e ambientalmente sustentável.

Além de levar produtos sem fertilizantes químicos ou agrotóxicos, os consumidores têm contato direto com os camponeses feirantes. “É um espaço de diálogo, onde os produtores podem conversar com os consumidores sobre quais são os impactos da agroecologia”, afirma a professora Cristiane Betanho, coordenadora do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UFU (NEA).

“A partir do momento que o produtor tem condições de te entregar o produto dele, direto, você sabe quem cultivou aquele tomate que você está comprando. Você sabe quem cultivou aquela alface. Então você ressignifica. Você não está simplesmente consumindo”, diz Betanho.

Agroecologia é diferente de produção orgânica. Todo agricultor agroecológico pode conseguir a certificação orgânica, mas o contrário nem sempre acontece. O produtor orgânico pode, por exemplo, continuar trabalhando com grandes extensões em um modelo semelhante ao da monocultura ou usar insumos externos. “Ele conseguiu escapar dos agrotóxicos, mas não das redes de for-

necimento que trazem dependência para o produtor”, explica a coordenadora do NEA.

Conforme a docente – também coordenadora do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps), onde o NEA está instalado –, a prática da agroecologia é um movimento de resistência ao agronegócio. O modelo de produção do agronegócio causa a dependência de um pacote tecnológico (como sementes e produtos químicos) e desestimula o aprendizado do agricultor e a observação dele à natureza, explica.

Nos cursos oferecidos pelo NEA, os produtores – basicamente oriundos de assentamentos ou acampamentos de trabalhadores rurais – adquiram o conhecimento teórico e prático necessário à transição para a agricultura ecológica. Com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o suporte é dado por técnicos, bolsistas e docentes de áreas como Gestão e Negócios, Ciências Agrárias, Nutrição, Biologia, Ciências Sociais, Economia e Engenharia Ambiental.

No mutirão de assistência técnica, necessária à implementação da agricultura sustentável, o núcleo conta com o Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social. Formado por alunos e ex-alunos da UFU, o “Guarás” teve origem há sete anos como um grupo de estudos. Hoje sua atividade é de extensão rural.

“O nosso trabalho é de quebrar paradigmas. A

gente trabalha com uma forma de agricultura que é milenar, mas que está sendo resgatada agora. São resgates de técnicas que os índios, os antepassados, já faziam, de manejo da floresta, de seleção de sementes, de agricultura tropical”, explica Eduardo Manfrim, biólogo do Guarás.

Utopia? “Por quê?”, Betanho devolve a pergunta. Em sua opinião, paramos de questionar. “Nós fomos levados a acreditar, por um processo de educação também excludente, que a monocultura, o agronegócio, é a única forma de se produzir de forma a mitigar a fome da humanidade. Se isso fosse verdade, não tinha gente morrendo de fome em tudo que é lugar”, observa. “Não existe falta de alimento no mundo. O que existe é má distribuição”, completa.

Para os integrantes do Guarás, a ilusão é a monocultura. “É uma utopia que foi enfiada goela a baixo pelas grandes indústrias e empresas que dominam o mundo e os recursos naturais”, afirma o ecólogo Henrique Lomônaco, um dos precursores do grupo.

A promessa da agroecologia, por outro lado, não é transformar os agricultores em milionários, mas em agentes de uma agricultura equilibrada em todas as suas dimensões – política, social, econômica ou ambiental. “Eles vão se alimentar melhor, como princípio básico para melhorar suas condições de vida. Terão um produto para comercializar, que é um bom produto. Essa cadeia a gente pode fazer. Tanto que temos agora a feirinha”, defende a coordenadora do NEA.

Rompendo limites do conhecimento

Programa Idiomas sem Fronteiras abre caminho para internacionalização da universidade

Cristiano Alvarenga

Não há fronteiras para o conhecimento. O tom poético da frase explicita uma política de educação voltada para a internacionalização das universidades e o incentivo à mobilidade estudantil. Nesse contexto, foi criado o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), “com o principal objetivo de incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País”, segundo a página oficial do IsF. A iniciativa é do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior, em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a oferta de cursos do IsF para estudantes, professores e servidores técnicos administrativos está a cargo do Núcleo de Línguas (NucLi). Atualmente, o Núcleo possui em seu quadro uma equipe de 23 profissionais (três coordenadores e 20 professores) e capacidade para atender 1.200 pessoas, considerando o número máximo de 20 alunos por turma.

No entanto, a estrutura de atendimento montada para capacitação não alcançou o pico de atividade. Ivan Marcos Ribeiro, coordenador do NucLi/UFU, aponta a evasão como um dos entraves para o crescimento do IsF na universidade. Cerca de 50% das vagas ofertadas não são preenchidas. Para mudar esse quadro, ele aponta a necessidade de qualificar o vínculo com outros setores da universidade. “Vamos intensificar o rol de cursos e ampliar

a parceria com as unidades acadêmicas”, afirma.

O candidato interessado em ingressar nos cursos ofertados pelo IsF deve realizar o exame TOEFL iBT. O teste é feito via internet e avalia a capacidade de compreensão da língua inglesa. Na UFU, as inscrições são gratuitas para estudantes de graduação e pós-graduação, professores, servidores técnicos administrativos de universidades e institutos federais participantes do IsF e alunos regulares do curso My English Online (MEO), realizado via internet vinculado ao IsF. O NucLi/UFU oferece curso de preparação para realizar os exames do TOEFL.

Outro fator que deve incentivar a participação no IsF está relacionado aos processos seletivos para ingresso nos cursos de pós-graduação. O resultado do TOEFL serve como comprovante de proficiência linguística para diversos processos seletivos, como as seleções de mestrado e doutorado.

Inglês acadêmico

O IsF enfatiza a perspectiva acadêmica na oferta de cursos da língua inglesa, segundo Ivan Ribeiro. O estudante é preparado para realizar leituras de textos acadêmicos, simulados de apresentações científicas, conversação e compreensão oral e auditiva. Os cursos presenciais ofertados pelo IsF são de curta duração, com quatro horas-aula semanais e 48 horas no total.

O programa IsF foi concebido com o objetivo de ofertar cursos em

sete idiomas (inglês, francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim e alemão) e português para estrangeiros. Na UFU, as atividades presenciais estão restritas à língua inglesa, com perspectiva de ampliação.

A formação em francês é ofertada via internet e, no final de 2015, foi criado o Comitê Técnico para o Acompanhamento do Programa Idiomas sem Fronteiras – Alemão (IsF-Alemão), com a participação dos gestores do IsF vinculados ao governo federal e representante do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico. “Nós queremos que o aluno tenha possibilidade para ter aulas em vários idiomas”, afirma o coordenador do NucLi/UFU.

Além de ofertar cursos de idiomas, as equipes do IsF nas instituições de ensino superior podem auxiliar na prestação de outros serviços, como a tradução de documentos e a criação de sites bilíngues. Esse movimento contribui para uma tendência que incentiva os investimentos na qualificação de recursos humanos. “A palavra da vez é internacionalização”, destaca Ribeiro. E nesse quesito há um longo caminho a percorrer – pelo menos é o que apontam pesquisas sobre internacionalização e proficiência em língua inglesa.

Internacionalização

O jornal Folha de S. Paulo criou, em 2012, o Ranking Universitário Folha (RUF), com o objetivo de avaliar, anualmente, o ensino superior brasileiro. A classificação das instituições é fundamentada em cinco indi-

cadores: ensino, pesquisa, inovação, mercado e internacionalização. Esse último critério foi incluído em 2013.

Para mensurar o índice de internacionalização de cada instituição foram considerados dois parâmetros: o número de citações de publicações da instituição por grupos internacionais e a proporção de publicações da universidade com coautoria internacional.

Considerando somente o item Internacionalização, a UFU ocupa o 63º lugar entre 192 instituições no RUF 2015. No subindicador relacionado à quantidade de citações, a universidade está em 37º lugar e, nas publicações com coautoria, a posição no ranking é a 105ª.

A posição da UFU no item Internacionalização é bem inferior à sua classificação geral, que leva em conta os cinco indicadores. A universidade é a 26ª no RUF. Confira no infográfico o histórico da UFU no RUF, considerando a classificação geral e o indicador Internacionalização.

“Nós queremos que o aluno tenha possibilidade para ter aulas em vários idiomas”

– Ivan Marcos Ribeiro, coordenador do NucLi/UFU

Ranking Universitário Folha (RUF)

O jornal Folha de S. Paulo criou, em 2012, o Ranking Universitário Folha (RUF)*, com o objetivo de avaliar, anualmente, o ensino superior brasileiro. A classificação das instituições é fundamentada em cinco indicadores: ensino, pesquisa, inovação, mercado e internacionalização.

Diante do ponto Internacionalização, incluído em 2013 no ranking, são levados em consideração **dois** indicadores:

1 Número de citações de trabalhos da instituição por grupos internacionais, o que indica a relevância da pesquisa.

2 Proporção de publicações da universidade em coautoria internacional.

Ranking da UFU

2015

Número de alunos: **21.568**
Número de cursos: **126**
Cidades com *campus*: **Ituiutaba, Uberlândia, Monte Carmelo** (o RUF não avaliou o campus Patos de Minas)
Relação candidato/vaga da instituição: **15,5**

Classificação geral:

26º

Nota final: **78.74** em 100

Entre 192 instituições

Notas:

Internacionalização: **2.46** em 6

Pesquisa: **34.28** em 40

Ensino: **25.84** em 32

Mercado: **12.68** em 18

Inovação: **3.48** em 4

63º

28º

20º

53º

17º

2014

Número de alunos: **19.772**
Número de cursos: **121**
Relação candidato/vaga da instituição: **16,64**

Classificação geral:

26º

Nota final: **78.79**

Notas e posições:

Internacionalização: **2.55 - 60º**

Pesquisa: **34.31 - 27º**
Ensino: **24.62 - 29º**
Mercado: **13.86 - 43º**
Inovação: **3.42 - 17º**

2013

Número de alunos: **17.072**
Número de cursos: **109**
Relação candidato/vaga da instituição: **6.1**

Classificação geral:

21º

Nota final: **81.94**

Notas e posições:

Internacionalização: **3.88 - 42º**

Pesquisa: **33.89 - 25º**
Ensino: **26.96 - 14º**
Mercado: **13.89 - 43º**
Inovação: **3.32 - 18º**

Problema nacional

A internacionalização das instituições de ensino superior depende de qualificação para comunicar em língua estrangeira e a possibilidade de realizar intercâmbio. Não ter proficiência em idioma estrangeiro configura um empecilho.

No ranking mundial de proficiência em língua inglesa, o Brasil ocupa a 41ª colocação entre 70 países pesquisados. O país atingiu 51,05 pontos no Índice de Proficiência em Inglês publicada pela Education First (EF-EPI). O resultado coloca o país na lista dos que possuem baixo domínio do idioma.

Entre os países da América Latina, o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking, que é liderado pela Argentina, único da região com proficiência considerada alta. Na classificação mundial, os europeus encabeçam a lista, com a Suécia na liderança, seguida de Holanda, Dinamarca, Noruega e Finlândia.

Segundo o relatório da EF-EPI, a proficiência em língua inglesa pode ser relacionada à qualidade e aos níveis de empregabilidade. “Em muitos países, maior proficiência em inglês corresponde a menos jovens desempregados ou sem instrução”.

Outras conclusões ponderadas no estudo podem ser vinculadas às ações do IsF. Capacitação de professores, ensino do idioma estrangeiro no trabalho e a utilização de recursos tecnológicos, especialmente com a internet, foram apontados como alternativas para melhorar o índice de proficiência.

Mais informações

www.ef.com.br/eipi
www.ruf.folha.uol.com.br

*Mais informações em: <http://ruf.folha.uol.com.br/>

Um diagnóstico mais rápido e acessível para meningite

Pesquisador da UFU recebe menção honrosa do Ministério da Saúde

Gabriela Junqueira

Um trabalho que contribui com a saúde pública brasileira – assim foi reconhecida, pelo Ministério da Saúde, a tese de Luciano Pereira Rodrigues, professor do Instituto de Química (IQ/UFU). O pesquisador recebeu a menção honrosa no Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o Sistema Único de Saúde (SUS) em novembro de 2015.

O estudo propôs uma maneira de diagnosticar a meningite como viral ou bacteriana de forma rápida e acessível: a partir da elaboração de um bioeletrodo de grafite que detecta, por meio de uma sonda de captura, o DNA da bactéria *Neisseria meningitidis*. Atualmente, segundo Rodrigues, há outras pesquisas no cenário mundial que caminham nesse sentido, porém, com a utilização de materiais mais caros, como o ouro. O uso do grafite, material de baixo custo, permite que o aparelho portátil de diagnóstico seja desenvolvido de forma acessível à saúde pública.

A pesquisa foi desenvolvida com apoio de um grupo de instituições de Minas Gerais, participantes da Rede Mineira de Química: Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de Belo Horizonte. O reconhecimento da tese em um prêmio do Mi-

nistério da Saúde, para o professor da UFU, faz com que a pesquisa mineira ganhe visibilidade nacional.

Próximos passos

A pesquisa teve o reconhecimento de sua aplicabilidade e, para que o bioeletrodo possa ser desenvolvido e chegar aos hospitais, o caminho é fazer testes com a cultura de bactérias e conseguir financiamento para a produção. “A dificuldade disso está na questão da biossegurança, pois, quando se faz a extração de DNA, o prédio inteiro precisa ser fechado. Inclusive, na Fiocruz é a assim”, explica Rodrigues.

O professor enfatiza ainda a importância de se fazer, na universidade, pesquisas aplicadas à resolução de problemas da sociedade. “Não estou dizendo que a pesquisa de base [que objetiva gerar conhecimento sem aplicação prática prevista] não seja importante, mas realmente nós pesquisadores devemos olhar para as necessidades da sociedade. Se tem que gastar energia, gastar energia de maneira aplicada”, defende.

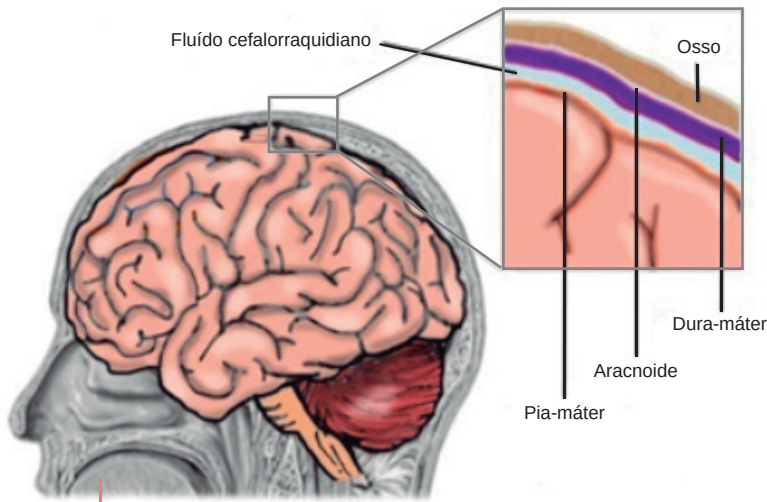
Doença

A meningite é um processo inflamatório das meninges, membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal. Pode ser causada por diversos

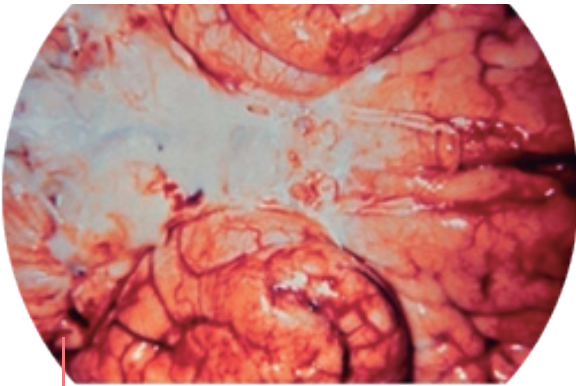
agentes infecciosos, como vírus, bactérias, fungos e protozoários, e por traumatismos. Segundo o Ministério da Saúde, as formas virais e bacterianas da doença são as que mais geram preocupação do ponto de vista da saúde pública, devido à sua magnitude e capacidade de gerar surtos. Em relação à meningite bacteriana, informa Rodrigues, a situação piora pela gravidade dos sintomas: fortes dores de cabeça, rigidez na nuca e confusão mental, podendo deixar sequelas e, até mesmo, levar à morte.

O diagnóstico é feito pela punção (retirada) de material, líquido ou sangue, da região lombar da coluna. É recomendado que a coleta do material seja feita antes do tratamento, pois isso garante resultados satisfatórios na cura da doença, podendo ser adotado de forma imediata.

O Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU/UFU) atendeu 29 casos de meningite em 2014, sendo 19 deles de origem bacteriana; dentre esses, 14 resultaram em internação. Em 2015, o número diminuiu: 21 diagnósticos de meningite foram feitos, sendo 12 deles do tipo bacteriano da doença. O HCU atende casos de média e alta complexidade da doença.



Esquema ilustrativo das meninges.



Meninges infectadas. Vista inferior de um cérebro.

IMAGENS: CENTRO PARA CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS, ATLANTA, EUA

Do interior de Minas para o mundo

Pesquisas do *campus* Patos de Minas integram trabalho internacional sobre Chagas

Hermom Dourado



Equipe usa biotecnologia no controle do vetor da doença.

Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desde 2012 e lotados no *campus* Patos de Minas, Matheus de Souza Gomes e Laurence Rodrigues do Amaral fazem parte do Consórcio Mundial de Sequenciamento e Anotação do Genoma do barbeiro (*Rhodnius prolixus* *Genome Initiative*). Formada por 115 cientistas – divididos em 49 grupos de pesquisa, com base em 10 países e coordenação-geral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, a equipe assinou um artigo que foi publicado no último mês de novembro pela *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), uma das mais importantes revistas científicas da área.

O estudo teve como maior objetivo o sequenciamento e a anotação do genoma de *R. prolixus*, um dos principais vetores da doença de Chagas. Essa é uma das 17 doenças tropicais negligenciadas listadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), afetando cerca de 7 milhões de pessoas no mundo, a maioria na América Latina, e com 70 milhões de pessoas em risco de contrair a doença.

Na divisão das tarefas, cada grupo de pesquisa ficou responsável pela

anotação de uma parte do genoma, auxiliando na geração de função específica para cada região. “É como se fosse um livro em branco no qual cada grupo escrevia um ou dois capítulos”, sintetiza Amaral.

Gomes, por sua vez, explica que o trabalho não foi encerrado. Na nova fase, o estudo se ampliará para análises envolvendo transcriptomas. “Nossa missão agora é observar qual grupo de ácido ribonucleico (RNA) este inseto está expressando em determinado processo ou situação. Esta nova etapa tem uma robustez ainda maior”, sublinha.

Como as pesquisas são dinâmicas e podem apresentar novas descobertas que mudem os rumos do trabalho, não é possível estipular um cronograma. A título de exemplo, o genoma humano foi publicado pela primeira vez em 2001 e, desde então, passou por várias remontagens e reanotações, estando atualmente na versão 38.

Repercussão

A colaboração em um artigo divulgado por uma revista científica tão conceituada mundialmente chamou a atenção da comunidade acadêmica da UFU em Patos de Minas.

“Sem dúvida, é uma grande motivação tanto para os colegas professores e técnicos quanto para os nossos alunos. Estamos provando que é possível desenvolver pesquisas de qualidade aqui, assim como nos demais campi da UFU fora de Uberlândia. Para esta próxima fase do trabalho, iremos contar com a colaboração de alguns discentes da UFU”, revela Gomes.

Ainda segundo o docente, a incorporação de estudantes de graduação à sua equipe é extremamente benéfica na formação deles, colaborando até mesmo para o ingresso em programas de pós-graduação. “Em 2015, nosso grupo publicou 10 artigos científicos, incluindo um sobre pequenos RNAs em feijão, que teve como primeira autora a discente Thaís Cardoso, que cursava Biotecnologia em Patos de Minas. A iniciação na ciência ainda na

graduação foi primordial para que ela ingressasse no mestrado do Instituto de Genética e Bioquímica da UFU”, exemplifica.

Também empolgado com os resultados já obtidos, Amaral deixa o convite para que mais alunos se juntem ao grupo: “temos notado o interesse em sala de aula e nos corredores, com o pessoal perguntando o que precisa fazer para entrar no nosso laboratório. Com isso, vamos ganhando em quantidade e, sobretudo, em qualidade. Quem entra acaba comprovando que vale mesmo a pena estudar, tirar boas notas, pesquisar e publicar artigos, ou seja, ir além daquilo que o professor traz em sala de aula. Conseguiremos, assim, uma pesquisa heterogênea e um grupo multidisciplinar, o que nos permite assinar artigos em revistas impactantes no cenário científico, como a PNAS”.

Laboratório é referência e conta com tecnologia avançada

Coordenado pelo professor Matheus de Souza Gomes, o grupo de pesquisa do Laboratório de Bioinformática e Análises Moleculares (LBAM) do *campus* Patos de Minas da UFU se destaca nacionalmente nos trabalhos com pequenos ácidos ribonucleicos (RNAs), atuando com ênfase na análise de dados de genoma e transcriptoma.

A infraestrutura computacional robusta deste laboratório multidisciplinar – dotado de 15 computadores e quatro super computadores fornecidos pela UFU – possibilitou parcerias com diversas instituições brasileiras e estrangeiras, tais como: National University of Ireland (Irlanda), University of New Mexico (Estados Unidos), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal de Lavras (UFLA).

O espaço fica em um prédio alugado pela Prefeitura de Patos de Minas e é utilizado inclusive por pesquisadores que residem em Uberlândia. Além do professor Gomes, o LBAM conta com o monitoramento de mais duas docentes do Instituto de Genética e Bioquímica, Enyara Rezende Moraes e Cristina Ribas Fürstenau, bem como de Laurence Rodrigues do Amaral, da Faculdade de Computação.

Crise dos refugiados no mundo

Quando não há para onde fugir

Jussara Coelho

Desde o início da história da humanidade, os povos que se formaram por todos os continentes migravam em busca de alimentação e autossustento. A migração é o deslocamento da população de um lugar para outro, podendo ser definitiva ou temporária, externa ou interna. De acordo com a professora Rita de Cassia Martins de Souza, do Instituto de Geografia da UFU, são vários os motivos que levam esses grupos de pessoas a tais deslocamentos – desde os desastres naturais, como aconteceu com os haitianos que vieram para o Brasil após o terremoto de 2010, até a guerra, como ocorre com os refugiados que estão buscando países da Europa e demais continentes para fugir das perseguições religiosas, culturais e político-ideológicas.

A Convenção de Refugiados, ocorrida em Genebra em 1951, determinou que um refugiado é aquela pessoa que, “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. O conceito é adotado até os dias atuais. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado (Acnur), conhecido também como Agência da ONU para Refugiados, no mundo, são mais de 60 milhões de pessoas em necessidade de proteção. A agência registra pelo menos 15 conflitos ocorridos nos últimos cinco anos: oito na África, três no Oriente Médio, um na Europa e três na Ásia. Os três países mais afetados são Síria, Afeganistão e Somália.

Rita Souza explica que, em 2010, com a Primavera Árabe, quando houve a derrubada de governos ditatoriais na Tunísia e no Egito, os cidadãos sírios também participaram do movimento, buscando a saída da família Al-Assad que governa a Síria há mais de 40 anos. O governo se recusou a sair e reagiu usando o exército. Os grupos da oposição também se armaram e começaram a combater o governo, acarretando a guerra civil começada em 26 de janeiro de 2011. Desde então, quatro milhões saíram do país para fugir da guerra.

Os debates sobre a “crise dos refugiados”, também conhecida como “crise humanitária”, se intensificaram no primeiro semestre de 2015, quando milhares de pessoas fugiram de países islâmicos, sobretudo da Síria e da Líbia, em direção à Europa. Os países europeus alegaram não ter condições de abrigar esses povos. Rita Souza explica que esse alto número de deslocamento de pessoas traz consequências demográficas, culturais e econômicas, pois os países que recebem os refugiados precisam, ao mesmo tempo, atender às demandas da sua população, com moradia, emprego e saúde, e também trabalhar para que esses refugiados tenham as mesmas condições que os cidadãos locais, sem prejudicá-los.

“Aconteceu um levante militar no meu país, fechando todas as formas de entrada. Para que eu pudesse permanecer aqui, recorri à PF e preenchi a solicitação de status de refúgio”

– Paulo, aluno da UFU

Outro embate apontado pela docente é cultural: os cidadãos europeus se sentem ameaçados com a entrada de mais muçulmanos. “Essas são as principais causas dos conflitos de aceitação da população dos países para os quais este povo pede abrigo”, afirma. Para a geógrafa, a única forma de solucionar o problema é acelerar as iniciativas de paz em conflitos para que os refugiados possam voltar para casa.



No Brasil

Dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça, revelam que, até agosto de 2015, foram mais de 12 mil pedidos de refúgio no Brasil – ainda aguardando a avaliação do comitê. As principais causas dos pedidos são violação de direitos humanos, perseguição política, reencontro de famílias e perseguição religiosa. Os sírios formam o maior contingente de refugiados no país, com mais de 2 mil pessoas. Outras nacionalidades frequentes são angolanos, colombianos, congoleses e libaneses.

Signatário de diversos tratados com a ONU em que se compromete a proteger os refugiados, o governo brasileiro permite que as pessoas que se encontrem nessas condições possam obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos que qualquer cidadão estrangeiro legalizado no Brasil. O imigrante ao chegar ao país deve procurar a Polícia Federal (PF), apresentar o passaporte e solicitar o status de refugiado. A solicitação é enviada para o Conare, que analisa o pedido.

Paulo (nome fictício para preservar a identidade) é estudante e está refugiado na cidade de Uberlândia há mais de dois anos. “Eu saí do meu país para visitar o Brasil por turismo mesmo. Mas, quando eu precisei voltar, aconteceu um levante militar no meu país, fechando os aeroportos e todas as formas de entrada, fossem aéreas, marítimas ou terrestres. Para que eu pudesse permanecer aqui, recorri à Polícia Federal, para que eu pudesse ficar de forma legal. Então preenchi o protocolo de solicitação de status de refúgio”, conta Paulo.

O estudante menciona ainda que, quando foi ao departamento da Polícia Federal, apresentou sua identidade e passaporte, explicou a situação de seu país e foi orientado por um servidor sobre os procedimentos necessários. Enquanto a solicitação tramitava, ele permanecia legal no Brasil. Durante esse período, a UFU abriu processo seletivo para ingresso. “Então, eu me inscrevi, fiz a prova dentro dos parâmetros legais, da mesma forma que um brasileiro pode ir para o meu país e estudar em uma escola pública. E eu consegui ingressar”, relata.

Depois que a crise do país de Paulo passou, ele procurou outro tipo de visto para morar no Brasil de forma permanente. “Ofereceram-me o visto estudante, mas não aceitei porque não estou em pro-

grama de intercâmbio e preciso trabalhar para que eu possa me manter”, explica. Após a notícia do visto humanitário concedido a mais de 40 mil haitianos que migraram para o Brasil, Paulo procurou saber se poderia entrar com o protocolo para esse visto, mas a Polícia Federal o orientou que esse era somente para pessoas vindas do Haiti, por isso não seria possível para ele. Desta forma, Paulo renovou o pedido para status de refugiado, que ainda não foi analisado pelo Conare. “Sempre que o protocolo vence, tenho que voltar na PF para renovar minha solicitação. Enquanto isso, eu fico no Brasil”, finaliza.



Onde procurar ajuda?

Em Uberlândia existe a Assessoria Jurídica para Estrangeiros em Situação Irregular ou de Risco (Ajesir), projeto criado pelo Escritório de Assessoria Jurídica Popular (Esajup) da Faculdade de Direito da UFU. Segundo o coordenado da Ajesir, o advogado Thiago Paluma, que também é professor do curso de Direito da UFU, a assessoria presta serviço a qualquer estrangeiro em situação irregular, e o caso dos refugiados é uma dessas situações. “Nós tivemos um caso aqui, em que acompanhamos a solicitação de renovação do status de refugiado. É um aluno da UFU, natural de um país que tem um conflito militar”, conta Paluma.

Na Ajesir, o auxílio aos estrangeiros acontece em duas situações: a primeira é quando eles já entraram com o pedido de refugiado no Conare e a assessoria acompanha o processo administrativo; a segunda é quando os migrantes não fizeram a solicitação e, assim, a Ajesir entra com o pedido do status de refugiado junto com a à Polícia Federal, que o encaminha para o Conare. Se o estrangeiro já estiver em situação irregular ou prestes a estar, a assessoria busca fazer uma análise para saber qual a melhor estratégia para aquela pessoa.

Paluma salienta ainda que o imigrante não precisa ter medo de ir até a PF, pois o intuito do órgão é ajudar aquele estrangeiro e orientá-lo. “Não é como em outros países em que a primeira providência da entidade é deportar o turista”, destaca. Porém, caso não se observem os trâmites legais, aplica-se uma multa diária, que pode chegar até o total de R\$ 900 por estrangeiro.

Outra forma de buscar ajuda são as organizações não governamentais (ONGs). A IKMR - Eu Conheço Meus Direitos (sigla que vem do inglês: *I Know My Rights*), com escritório em Uberlândia, é uma ONG brasileira, criada em junho de 2014, com atuação em território nacional. É a única que se dedica especificamente às crianças refugiadas. De acordo com a instituição, são quatro crianças refugiadas em Uberlândia atendidas pela IKMR e mais de 300 na cidade de São Paulo. Todo o financiamento da IKMR é proveniente de doações.

OPINIÃO

Ações afirmativas na UFU: um caminho

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos, buscando oferecer oportunidade a todos.

Cairo Katrib
Docente da Faculdade de Educação (Faced/UFU), doutor em História Cultural e membro da Comissão de Assessoramento da Implementação da Lei 10.639/03 na UFU.

O Conselho de Graduação (Congrad/UFU) decidiu reservar 50% das vagas para o atendimento à Lei nº 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, a partir do processo seletivo do primeiro semestre de 2013.

A Lei nº 12.711/2012 instituiu o sistema de cotas, que foi criado para dar a negros, índios, deficientes, estudantes de escola pública e de baixa renda o acesso a universidades, concursos públicos e mercado de trabalho. A política de cotas raciais e sociais nas universidades é exemplo desse sistema no Brasil.

As transformações ocorridas nos últimos anos na educação nacional, como a expansão universitária, impactaram a forma de pensar a academia como campo de produção e ressignificação do conhecimento. Essa nova conjuntura propiciou à universidade rever suas propostas pedagógicas, a relação professor-aluno, o seu papel sociocultural e político, o processo de ingresso dos estudantes e as políticas de permanência e evasão. Além disso, trouxe à tona uma série de reivindicações de estudantes e docentes pela discussão de temas, revisão de posturas e posicionamentos em relação ao racismo, ao preconceito, às cotas, às questões de gênero, à intolerância religiosa, à formação ofertada, ao modelo eurocêntrico de currículo, ao perfil do egresso, dentre muitos outros.

Nesse contexto de mudanças, a UFU, por meio da **Pró-reitoria de Graduação (Prograd)**, tem feito um trabalho significativo na tentativa de promover uma educação mais humana e conscientizadora. Somos a primeira universidade pública a institucionalizar uma **Comissão de Assessoramento da Implementação das Leis 10.639/03 e 11.635/08** em todos os cursos de graduação.

Essa comissão é composta por docentes e discentes dos diversos cursos da UFU, representantes dos conselhos superiores, núcleos de estudos e campi fora de sede. A equipe atua na assistência pedagógica de inclusão, na elaboração das fichas de disciplinas e projetos pedagógicos dos cursos de graduação e na abordagem dos conteúdos étnico-raciais. A comissão realiza também pareceres com sugestões e apontamentos, atende às coor-

A Comissão de Assessoramento e Apoio para o Desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, constituída pela Portaria/Prograd nº 002/2014, com o intuito de propiciar o cumprimento do disposto no Processo Congrad 140/2013, estabelece normas para a inclusão de conteúdos e atividades curriculares relacionados à Educação das Relações Étnico-raciais, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação (presenciais e a distância), da UFU, da Escola de Educação Básica (Eseba) e da Escola Técnicas de Saúde (Estes). Essa comissão vem desempenhando efetivo trabalho desde julho de 2014, contribuindo, efetivamente, para a concretização do debate consciente e para a visibilidade positiva da temática racial e indígena na universidade.

A Lei 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 e institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas diferentes modalidades de educação do país. Em 2008, a Lei. 10.639/03 foi substituída pela Lei 11.645/08, referendando a inserção da educação indígena.

denações de curso e núcleos docentes estruturantes da inserção da temática racial (africana, afro-brasileira e indígena) nas disciplinas e/ou conteúdos e realiza cursos de Educação das Relações Étnico-raciais para docentes e técnicos administrativos.

Segundo a professora Geovana Ferreira de Melo, diretora de Ensino e presidente da comissão, “um dos maiores desafios do grupo é o da criação da política institucional de implementação da educação étnico-racial na UFU, o que garantirá, com sua aprovação, que ela seja não somente preocupação de uma gestão, mas da instituição de ensino superior”.

Se, por um lado, a UFU avança na concretização de um conjunto de **ações** que primem pela equidade das políticas públicas em seu interior, valorizando o ingresso de grupos populares e negro/as, por outro, tem pela frente grandes desafios. Um deles é o de banir as mais diversas formas de preconceito e discriminação do seu interior, em especial, dando visibilidade positiva a esses grupos, recuperando o protagonismo histórico entre o quê e como se ensina e se aprende nos cursos de graduação.

Salientamos que o **contexto** acadêmico da UFU é dinâmico e que muitas outras ações são realizadas com o objetivo de dar visibilidade positiva às questões raciais. Destacamos as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab), pelo Programa de Bolsas de Graduação (PBG), pelo Programa Institucional da Graduação Assistida (Prossiga), pelo Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade (Peic), além de outros projetos

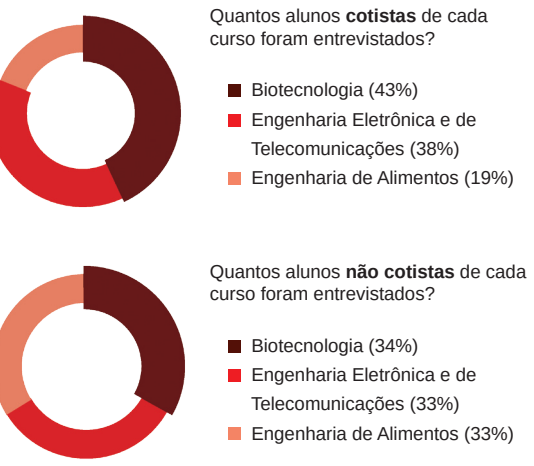
No início dos anos 2000, um grupo de professores reivindicou a inserção de uma política de ações afirmativas na UFU. A partir daí, várias comissões foram formadas a fim de apresentar propostas de efetivação dessa política. Entre idas e vindas, A UFU optou pela concretização do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (Paies), processo seletivo de ingresso na UFU, realizado por meio de uma avaliação seriada do aprendizado dos conteúdos programáticos da primeira, segunda e terceira séries do ensino médio.

Em 2008, a Resolução 20 do Consun instituiu o Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (Paaes), que visou a preencher 50% do total das vagas dos cursos com entrada semestral e 25% do total das vagas dos cursos com entrada anual. As vagas do Paaes eram destinadas exclusivamente aos candidatos que tivessem cursado os últimos quatro anos do ensino fundamental e estivessem cursando o ensino médio regular na rede pública.

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, esteve na UFU em setembro de 2015, pela primeira vez, para a assinatura e a apresentação da Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Estudantes por meio do Sistema de Cotas Raciais na UFU.

e estudos realizados por docentes, como o que comparou o desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas do *campus* Patos de Minas.

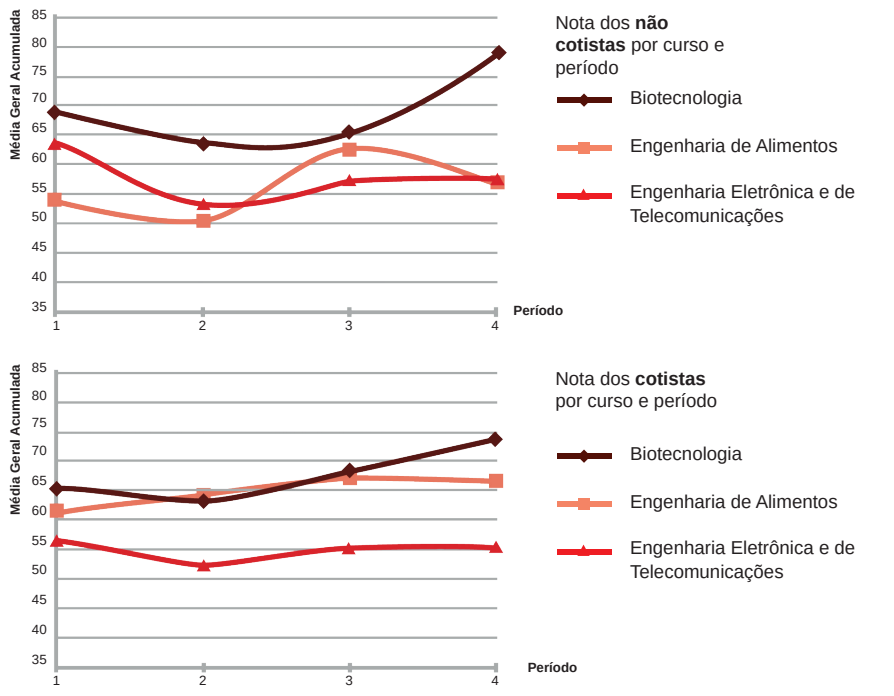
Cotas raciais na UFU: uma realidade
Em 2015, o *campus* Patos de Minas da UFU e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizaram, em parceria, o projeto Conexão Local, cujo objetivo foi estudar o desempenho dos alunos ingressantes, a partir do ano de 2013, nos cursos ofertados pelo *campus*, observando se havia diferença no rendimento acadêmico entre os que entraram por cotas e os demais alunos.
A pesquisa foi realizada com cerca de 500 estudantes matriculados até o primeiro semestre de 2015. Desses, 346 eram não cotistas e 103 eram cotistas – quantidade que equivale a 6% dos não cotistas, 20% dos cotistas e 10% da população geral da UFU, como esclarece o professor do curso de Administração e coordenador da pesquisa Peterson Gandolfi. O grupo utilizou dados estatísticos que mensuravam o rendimento acadêmico dos alunos e realizou entrevistas.



Os dados possibilitaram uma comparação entre o aproveitamento acadêmico dos estudantes nos diversos cursos, correlacionando o coeficiente de rendimento dos cotistas e dos não cotistas. As entrevistas permitiram à equipe conhecer melhor as histórias de vida dos discentes e, com isso, perceber que os dados quantitativos e as entrevistas dos estudantes eram muito parecidos entre si. A realidade socioeconômica, o sentido de cursar uma universidade e as expectativas futuras foram quesitos pontuados na fala dos alunos entrevistados, a maioria oriunda de famílias de baixo poder aquisitivo.

O professor Gandolfi ressalta que os resultados do estudo colocam em cheque a visão negativa que muitos docentes e discentes, além da comunidade externa, têm em relação às cotas e ao seu impacto social. Ele reitera que

o rendimento acadêmico dos cotistas em alguns casos pode ser maior que o dos alunos não cotistas, justamente pelo que representa, para eles, estar numa universidade. “O principal argumento das pessoas contrárias à política de cotas é sustentado no senso comum de que o desempenho dos cotistas seria inferior ao dos não cotistas, reduzindo, assim, o nível da universidade, o que não é verdade”, afirma o docente.



A pesquisa mostra que não é possível fazer uma distinção tão clara entre o perfil socioeconômico daqueles que ingressaram por meio das cotas ou por ampla concorrência. Ambos os grupos estudaram, em sua maioria, em colégios públicos, sendo que, ao ingressarem na UFU, se depararam com dificuldades muito semelhantes, no que tange aos métodos de estudo. Ainda, percebe-se que 43% dos não cotistas entrevistados têm bolsas, ou precisam delas, sendo uma porcentagem significativa, demonstrando que não são apenas os cotistas que necessitam do benefício.

“Apesar das limitações, tivemos uma resposta muito importante sobre a questão da nossa política de cotas na UFU, pelo menos no *campus* Patos de Minas”, afirma Gandolfi sobre o resultado da pesquisa. “Os cotistas apresentam excelente rendimento e se dedicam ao curso, uma vez que têm a universidade como caminho para sua ascensão social e profissional. A proposta agora é ampliar esse estudo para toda a UFU”, defende. Serão promovidos mais debates sobre a política de cotas dentro da universidade.

A equipe pensa em criar um grupo de extensão na UFU, com a finalidade de levar aos alunos e professores de escolas públicas e particulares parceiras o tema das cotas, destacando o objetivo da medida, os seus possíveis impactos e a quem ela é destinada de fato. Seria necessária não só a conscientização dos alunos em relação aos seus direitos e às perspectivas mais concretas de cursarem o ensino superior, mas também a sensibilização dos professores.

As ações afirmativas, as cotas e as políticas sociais, independentemente da nomenclatura ou da forma como são desenvolvidas, devem primar pela garantia de direitos e oportunidades. Extirpar o preconceito e a discriminação, dando visibilidade positiva aos negros e à população de baixa renda, é o grande desafio desse século. Para isso, as transformações devem ocorrer dentro e fora das salas de aulas. Esse é o caminho a ser trilhado pelas universidades. Essa é a realidade da UFU.

A casa é sua: e agora?

Anna Vitória Rocha

Lançado pelo Governo Federal em 2009, o programa Minha Casa Minha Vida tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional entre famílias com renda mensal de até R\$ 5 mil. Em Uberlândia, foram construídas 9.238 unidades habitacionais até o ano de 2014. Para analisar a funcionalidade e o impacto ambiental desses espaços, as professoras Simone Villa e Rita de Cássia Pereira Saramago, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (Faued/UFU), desenvolveram, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma metodologia de avaliação pós-ocupação a partir de estudos de caso feitos nas áreas do Residencial Jardim Sucupira (zona leste) e do Residencial Baltimore (zona oeste). A metodologia – que já fazia parte do [MORA], grupo de pesquisa em habitação da Faued – foi aprimorada para a aplicação no programa do governo. Em entrevista ao *Jornal da UFU*, as arquitetas falam sobre o trabalho e seus resultados, publicados no final de 2015, no livro “Avaliação Pós-Ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica”.

Como funciona uma avaliação pós-ocupação?

Simone Villa: A avaliação pós-ocupação é uma das metodologias utilizadas para levantar informações sobre um espaço. São desenvolvidos questionários e ferramentas para fazer avaliações do ponto de vista da funcionalidade e da qualidade dos espaços e do impacto ambiental produzido por eles.

Rita de Cássia Saramago: É avaliado também o comportamento do usuário, como ele se relaciona com a moradia e com o espaço que vai além da habitação.

SV: Foi desenvolvido um software, em parceria com o curso de Ciência da Computação, que faz a digitalização de documentos, possui um banco de dados etc. Nós já fazíamos isso antes e aplicamos a metodologia de software, questionários e grupos focais ao projeto do Ipea.

Quais aspectos foram contemplados nesses questionários e grupos focais?

SV: Essa pesquisa contempla aspectos funcionais: como se usa o espaço, como é o modo de vida das pessoas naquele lugar...

RS: Como o espaço responde à demanda dos usuários com relação às dimensões, ao conforto, ao mobiliário que elas possuem, se elas conseguem se adaptar a essas casas. O objeto é uma habitação de cunho social com dimensões reduzidas, então era nosso interesse entender como ela atende às necessidades cotidianas dos usuários.

SV: Tem também o aspecto am-

biental. A avaliação não vai medir a eficiência energética, mas vai verificar como os consumidores se comportam com relação a essa eficiência. Por exemplo, se as pessoas reciclam o lixo, se economizam água ou energia, qual é a preocupação delas com relação ao ambiente. Toda a avaliação foi trabalhada em três escalas: o entorno, com análise do bairro, quais os serviços que existem e as carências deles. Há a análise do empreendimento em si, que a gente chama de conjunto, que seria do bairro, em escala maior, ou então do condomínio ou quarteirão. Depois vem a avaliação da casa.

O que vocês podem apontar como tendência ou padrão observado nesses questionários e reuniões?

SV: Essa não é a única pesquisa sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Hoje já existe uma série de pesquisas sendo desenvolvidas sobre o programa, porque a gente sabe que ele é muito polêmico. Primeiro porque ele

acaba não sendo um programa habitacional. Ele não está inserido em uma política habitacional, mas é um programa muito mais econômico. Então, ele tem os seus problemas. Os principais são a forma como é implantado na cidade, de maneira muito periférica, distantes do centro.

RS: Há carência de serviços, que é um dos aspectos mais apontados pelos usuários como um problema de insatisfação. Não com a unidade em si, mas com o entorno.

SV: A cidade é feita de urbanidade, tem que ter espaço para as pessoas circularem e usufruírem da cidade. O centro da cidade, por exemplo, apesar de ter problemas de mobilidade, é um lugar muito vivo, porque tem praças, ruas, as pessoas usufruem do espaço. Quando você olha os bairros muito

periféricos, isso nem sempre acontece, porque há uma carência muito grande de sombra, de bancos, de equipamentos para as crianças

brincarem. Existe uma deficiência de serviços que possam qualificar o espaço onde esse ambiente está inserido. E têm também os

aspectos da unidade: as casas são muito pequenas.

RS: Existe um nível de insatisfação com relação aos materiais de construção, a qualidade dos materiais de acabamento. A gente verificou um grande número de reformas, o que mostra que as pessoas buscam realizar melhorias assim que recebem as unidades. Um problema que a gente tem identificado é quanto à padronização. É um único projeto de casa para diferentes tipos de família. Algumas conseguem se adaptar a esse modelo, outras não. É importante falar que o que nos interessa é o desenvolvimento da metodologia. Nós avaliamos dois estudos de caso que não podem ser generalizados para todo o contexto de Uberlândia ou do Brasil.

Existe interesse em expandir essa metodologia para outros projetos?

SV: Sim, a ideia do Ipea é essa: desenvolver a metodologia para que outros municípios, até mesmo Uberlândia, possam se utilizar dela para avaliar o que está sendo produzido, o que é uma coisa importante. As pessoas têm uma cultura de construir, mas não verificar se aquela construção atende à necessidade a que se destina.

RS: Quem pretende desenvolver um processo de avaliação pode seguir os roteiros que a gente publicou, não só para os questionários, mas também do levantamento de dados, como é feito o grupo focal, quais dinâmicas a gente usa.

